

Galicía e Brasil, tecendo histórias da educação (1871-1936).

Galicia and Brazil: Weaving Histories of Education

Diana GONÇALVES VIDAL

Faculdade de Educação - USP

RESUMO: O artigo discorre sobre a emigração galega para o Brasil, entre os anos 1871 e 1936, e se interroga acerca de como o fenômeno contribuiu na tessitura de histórias da educação nos dois mundos. Para tanto, está dividido em cinco partes. Na primeira, tece considerações acerca da periodicidade do estudo. Na segunda, aponta para a dupla invisibilidade da emigração galega às terras brasileiras. Na terceira, tenta dimensionar a magnitude do fenômeno migratório galego. Na quarta parte, interessa-se em perceber as proximidades entre as migrações da Galícia e do Norte de Portugal ao Brasil. Na última, investe na discussão sobre a relação entre emigração e alfabetização. A guisa de conclusão, problematiza a ausência de análises sobre a temática no âmbito da história da educação.

PALABRAS CHAVE: escola elemental, Brasil, alfabetização, emigração, historia da educação, galego.

ABSTRACT:The article focuses on Galician emigration to Brazil between 1871 and 1936 and examines how this phenomenon helped to weave the fabric of the history of education in both Worlds. The article is divided into five parts. The first examines the period of time covered by the study. The second part points to the dual invisibility of Galician emigration to Brazil. In the third part, the text attempts to give an idea of the magnitude of the Galician migratory phenomenon. The fourth part deals with the similarities between the migrations to Brazil from Galicia and from Northern Portugal. The last part discusses relationship between emigration and literacy. In conclusion, the article criticizes the lack of analyses on this subject in the field of the history of education.

KEY WORDS: elementary school, Brazil, literacy, emigration, history of education, galician people.

Da segunda metade do século XIX às décadas iniciais do século XX, espanhóis da região da Galícia e portugueses provenientes principalmente do Norte de Portugal migraram para a América Latina, escolhendo como destino, em especial, a Argentina e o Brasil. De acordo com

os trabalhos de Antón Costa Rico e Vicente Peña Saavedra, a lenta desintegração das estruturas agrárias tradicionais e os sistemas de apropriação dos excedentes da terra incidiram significativamente nos movimentos populacionais galegos, atuando de forma a expulsar uma grande parte do campesinato rumo à emigração americana. Para Margarida Felgueiras (2000, p. 272), a queda das relações comerciais entre Portugal e Brasil, fruto da independência brasileira em 1822, propiciou o surgimento de um movimento migratório para as terras americanas, que se estendeu por mais de 100 anos (de 1836 aos anos 1960), sendo particularmente intenso entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Grande Guerra.

O sonho da emigração era acompanhado pelo desejo de retorno ao país natal para grande parte dessa população. Os espanhóis que voltaram, após décadas de vida no ultramar, ficaram conhecidos pela alcunha de *americanos* ou *indianos*. Os portugueses na mesma situação receberam o cognome de *brasileiros* ou migrantes de torna-viagem.

Partilhavam de características comuns, a mais interessante delas para o caso deste artigo era a prática reiterada de criar e dotar escolas ou o de enviar material didático às escolas públicas. Conde Ferreira foi, certamente, o *brasileiro* que maior repercussão alcançou em Portugal na arena educacional. Ao falecer, em 1866, legou 144 contos de réis para a construção e mobília de 120 escolas primárias para ambos os sexos (FELGUEIRAS, 2000). Na Galícia, ficaram memoráveis as atuações de Pedro Murias, Blanco de Lema e Garcia Barbón, conforme destacam Vicente Peña Saavedra (1999) e Antón Costa Rico (1990). Os migrantes espanhóis, ainda, foram responsáveis pela criação de diversas Sociedades de Instrução em vários países Latinoamericanos.

No Oitocentos, a aposta na educação como redenção dos povos sustentou a constituição dos sistemas educativos nacionais, fomentou a disseminação de modelos pedagógicos e objetos educacionais, bem como incitou ao investimento individual e coletivo na construção de escolas. Pródigo em invenções que, introduzidas nas instituições escolares, produziram novos fazeres e construíram novos saberes, o século XIX foi particularmente eficaz na sua difusão. As Exposições Universais, organizadas desde 1851, nos vários países da Europa e nos Estados Unidos da América, serviram como atrativo para educadores de todo o mundo e como vitrine para as inovações. O escolar abriu-se à exibição, seja no mobiliário, seja no material, ou nos trabalhos de alunos, seja nas propostas pedagógicas, como, por exemplo, o ensino intuitivo (VIDAL, 2005). Ofereciam inspiração a políticas públicas ou ações específicas em escolas particulares. Mas representavam também um lucrativo negócio que atraía governos, comerciantes e produtores. No intenso trânsito de Nações que as Exposições propiciavam, embaralhavam-se os pontos de origem e favoreciam-se as apropriações, numa mestiçagem cultural que atravessava as fronteiras nacionais, entretecendo as várias histórias da educação.

Estes *americanos* e *brasileiros* ao estabelecerem escolas elementares no Novo Mundo e ao dedicarem-se a difundir a instrução na Espanha, agiram, na expressão de Serge Gruzinski (1999, p. 104), como *passadores* entre sociedades e culturas e filtros entre os mundos. Acompanhar suas viagens e as ações que empreenderam pode permitir perceber como aspectos do sistema educacional espanhol e português foram sendo transportados para a América, mas também vislumbrar como elementos da cultura americana se

foram introduzindo nas escolas espanholas e portuguesas, em particular do interior da Galícia e no Norte de Portugal.

O procedimento permite associar aos estudos que concentram sua ênfase na análise da ação dos Estados-modelo na difusão global da ideologia educacional, sinalizando para o processo de *internacionalização* das sociedades de referência (SCHRIEWER, 2000), abordagens que se ocupam em perceber aquilo que poderíamos denominar de *contramovimentos* de difusão. O interesse recai na disseminação realizada por não-ideólogos do Estado e atenta para a atuação de centros não concebidos tradicionalmente como difusores (países latinoamericanos) e, mesmo, para as apropriações, nem sempre conscientes, efetuadas nos modelos culturais distribuídos por parte dos sujeitos.

Tomar este movimento a partir da perspectiva da *circulação* parece ser eficaz, tanto no que desloca a ênfase de um ponto original de partida (ou difusão) para vários centros difusores, quanto no que considera as mestiçagens operadas no circuito mesmo de passagem das idéias, pessoas e objetos pelas sociedades e culturas. Incita, ainda, o entendimento das transformações que sofreram os modelos educacionais no entrecchoque de culturas, indiciando no corpo denso das ideologias a singularidade dos processos sociais e históricos e a originalidade das culturas escolares (VIDAL, 2006a).

Tentando compreender as várias dimensões do problema, em trabalho anterior, dediquei-me a discorrer sobre matizes das relações históricas estabelecidas entre Brasil e Portugal no campo educacional (VIDAL, 2006b). No presente artigo, gostaria de iniciar uma reflexão similar, considerando a problemática a partir do relacionamento entre Brasil e Galícia. Para tanto, parece-me importante discorrer acerca de quatro questões, a saber:

- a) a dupla invisibilidade da imigração galega ao Brasil;
- b) a amplitude do fenômeno migratório galego para o Brasil;
- c) a proximidade entre a migração galega e a migração do Norte de Portugal para as terras brasileiras, e
- d) a relação entre emigração e alfabetização.

Essas questões se constituem no objeto central deste texto. Antes de enunciá-las, entretanto, creio que seria oportuno tecer algumas considerações a respeito da periodicidade abarcada pela pesquisa. Para tanto, proponho que examinemos dois pontos de vista: o primeiro observa a questão a partir da discussão historiográfica no Brasil; o segundo realiza percurso similar para a Galícia.

1. Definindo o período do estudo

No que tange à investigação sobre a imigração galega para as terras brasileiras, emerge como principal período de interesse os anos 1880 a 1960. Nesse interregno, produzem-se dois diferentes processos migratórios galegos. Entre os anos 1880 e 1930, contabiliza-se a maior migração de indivíduos e o primeiro ingresso massivo de espanhóis no Brasil. O momento coincide com o auge da política imigratória (1870-1920), instituída pelo governo brasileiro em 1850, com o objetivo de substituir o braço escravo na lavoura. O segun-

do processo migratório espanhol para o Brasil ocorreu com o final da II Grande Guerra, entre os anos 1946 e 1964. Os estudos que já são escassos para o primeiro momento, tornam-se ainda mais raros acerca do segundo (Peres, 2003, p. 32).

No que concerne à preocupação em perceber as intervenções escolares na Galícia, provenientes da emigração galega para a América, a bibliografia consultada aponta para a possibilidade de formulação de três séries temporais. A primeira, de longa duração, toma como marcos os séculos XVII e XXI. Vicente Peña Saavedra (2002, p. 248) sustenta que já em 1607 podem-se localizar iniciativas voltadas à educação por parte de emigrantes galegos. De caráter individual, essas ações filantrópicas visaram beneficiar as comunidades de origem de seus mecenas. Até a atualidade, afiança o autor, encontram-se iniciativas como essas.

A segunda série temporal, que poderíamos designar como de média duração, se estende de 1870 aos dias atuais e caracteriza-se pelo associativismo, constituindo o que Peña Saavedra (2002, p.251) denomina de vertente coletiva. O marco inicial se refere à fundação da Sociedad de Beneficência de Naturales da Galicia, em Havana, no ano de 1871.

A terceira série, de curta duração, se instala no seio da anterior, mantendo seu caráter coletivo, e compreende o período de 1904 a 1936. Deve-se ao funcionamento das Sociedades de Instrucción. De acordo com Xosé Malheiro Gutiérrez (2003, p.10), nesse interregno, existiram 484 Sociedades de Instrução americanas, abrangendo aproximadamente 70% dos conselhos galegos. Vicente Peña Saavedra (2002, p. 253), para o mesmo período, contabiliza existência de 525 Sociedades. Nem todas, entretanto, avaliam os autores, chegaram a implementar um projeto de intervenção escolar. Apenas um terço delas atuou nessa direção. Sua intervenção, no entanto, foi sustada em 1936, com a eclosão da Guerra Civil espanhola.

Combinando-se as duas perspectivas, parece-me pertinente eleger, inicialmente, o período que vai de 1871 a 1936 como foco da investigação, propiciando acompanhar a instalação das Sociedades de Beneficência e de Instrução, ao mesmo tempo que capturar o momento de maior intensidade do processo de emigração galega para o Brasil. É sobre esse interregno que irei insistir nas seções seguintes.

2. A dupla invisibilidade da imigração galega para o Brasil

Zeila Demartini, pesquisadora brasileira interessada no estudo da imigração portuguesa para o Brasil, já se referiu diversas vezes às dificuldades de investigação do fenômeno decorrentes do fato de que

“os imigrantes portugueses praticamente são ignorados enquanto estrangeiros, surgem como um grupo quase *invisível* que se agrega à população, embora tivessem entrado no estado de São Paulo em número relativamente elevado (362.156), chegando a superar outras correntes fortes de imigração como as dos italianos, espanhóis e japoneses se considerarmos o período de 1910 a 1929” (DEMARTINI, 2000).

Essa invisibilidade parece ser ainda maior para o caso dos galegos. Em seu doutoramento, Érica Sarmiento da Silva destaca que “não apenas eram chamados de *galegos* os naturais de Galícia, como também os portugueses que estavam no Brasil” (SILVA, 2006, p. 44).

De acordo com a autora, portugueses e galegos ocupavam a mesma área profissional (o comércio), partilhando de uma proximidade de idiomas e de uma afinidade de costumes, constituída por meio da histórica migração intrapeninsular e da contigüidade geográfica. Mais, aventa a possibilidade de que parte dos imigrantes galegos residentes no Brasil tivesse chegado partindo não da Espanha, mas da cidade do Porto, engrossando, assim, as estatísticas de emigração portuguesa. Não deixa de ser instigante indagar como Sarmiento (2006, p. 64):

“Como não pensar que os galegos que se trasladavam ao interior do norte de Portugal para trabalhar como arrendatários ou os que iam para as zonas urbanas, como Porto, assumindo as mais diversas ocupações, desde criados a comerciantes, não estariam influenciados pela sociedade onde estavam, pelos rumores daqueles portugueses que retornavam do Brasil ou que emigravam em busca de melhores oportunidades? O mais normal era que o Brasil fosse um dos países preferidos pelos galegos que se dirigiam à América, já que as histórias dos *brasileiros* que retornavam a Portugal influenciavam-nos no momento de escolher o destino”.

Os galegos seriam, assim, invisíveis socialmente, pois se misturavam aos habitantes da região do Norte de Portugal, principal procedência da imigração portuguesa ao Brasil entre o final do século XIX e o início do XX; e, tal como os portugueses, tornavam-se praticamente ignorados como estrangeiros pelos brasileiros.

Mas eram, ainda, invisíveis estatisticamente, o que significa dizer que nem sempre deixaram traços de suas viagens e de suas histórias de vida. Isso não se deve apenas ao fato de parte significativa desses imigrantes galegos ter chegado à América por meio de uma imigração clandestina. Jorge Fernandes Alves (1994), analisando o caso português, também detecta uma franja considerável de emigrantes ilegais do Porto Oitocentista para o Brasil. Deve-se especialmente ao fato desses imigrantes galegos assumirem uma outra *identidade* durante o processo migratório (legal ou ilegal), seja como portugueses (como tratei até o momento), seja pela generalidade do espanhol.

Elena Pájaro Peres (2003, p. 32) destaca que além de escassos, os estudos sobre migração espanhola no Brasil, em geral, não prestam atenção à diversidade sociocultural da Espanha, pressupondo uma unidade nacional artificial. As estatísticas, que apontam para o ingresso de 462.237 espanhóis no estado de São Paulo, entre 1885 e 1961 (SÃO PAULO, 1962, p. 44), não fracionam os dados explicitando as várias proveniências. Recentemente, trabalhos como o de Peres, sobre os galegos, e o de Marília Dalva Klaumann Cánovas (2001), sobre os andaluzes, têm permitido compreender as múltiplas faces da imigração espanhola para São Paulo. Essas duas comunidades não apenas representaram o maior contingente da imigração espanhola para o estado, como desenharam trajetórias distintas. Majoritariamente, os galegos se fixaram nas cidades, enquanto os andaluzes dirigiram-se aos cafezais paulistas.

Além disso, é possível supor uma circulação maior de galegos que de portugueses no território latinoamericano, em função de sua dupla competência lingüística. Nesse sentido, tanto se pode esperar que o Brasil tenha assumido o lugar de ponto de passagem de uma emigração que se dirigia a outros países da América Latina, como a Argentina e o Uruguai, como tenha significado o ponto de chegada de uma migração feita em direção a esses países e, posteriormente, reorientada a terras brasileiras.

Estas tópicos reconfiguram o problema da pesquisa, acrescentando-lhe novas perspectivas e dificuldades de abordagem e localização de fontes. Dentre elas, gostaria de destacar duas: a amplitude do processo migratório galego para as terras brasileiras e a proximidade entre os fenômenos migratórios do Norte de Portugal e da Galícia para o Brasil. Estes temas serão desenvolvidos nos próximos itens.

3. A amplitude do fenômeno migratório galego para o Brasil

Pretendo enfrentar aqui a difícil questão dos números, não com o objetivo de ser exaustiva (ou mesmo conclusiva), mas com o intuito de suscitar interrogantes acerca da dimensão do fenômeno migratório galego para o Brasil.

Érica Sarmiento Silva, baseando-se em dados oficiais do governo brasileiro, elaborou o seguinte quadro para a imigração espanhola ao Brasil.

Período	Total Imigrantes	Espanhóis
1884-1893	883.668	103.116
1894-1903	870.694	102.142
1904-1913	1.006.617	224.672
1914-1923	503.981	94.779
1924-1933	737.223	52.405
1934-1939	165.118	4.604
Total	4.167.301	581.718

Fonte: Silva, 2006, p. 62.

Em igual período, se verificamos os números fornecidos pela Hospedaria do Imigrante em São Paulo, que se equivalem aos quantitativos registrados pelo porto de Santos, temos que desses 581.718 indivíduos, 386.085, ou seja 66%, ingressaram no Brasil pelo estado de São Paulo.

Período	TOTAL	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Japoneses	Diversos	Não especificados
1885-1889	167.664	137.367	18.486	4.843		6.968	
1890-1894	319.732	210.910	30.752	42.316		20.899	14.855
1895-1899	415.253	219.333	28.259	44.678		11.305	111.678
1900-1904	171.295	111.039	18.530	18.842		11.191	11.693
1905-1909	196.539	65.595	38.567	69.682	825	23.870	
1910-1914	362.898	88.692	111.491	108.154	14.465	40.096	
1915-1919	83.684	17.142	21.191	27.172	12.649	5.530	
1920-1924	197.312	45.306	48.200	36.502	6.591	60.713	
1925-1929	289.941	29.472	65.166	27.312	50.573	117.418	
1930-1934	128.899	6.946	17.015	4.876	76.527	25.535	
1934-1939	69.215	5.483	19.269	1.708	25.141	17.524	
Total	2.402.432*	935.285	416.926	386.085	186.771	341.049*	138.226

Fonte: São Paulo (Estado). Secretaria da Agricultura. Departamento de Imigração e Colonização. *Estatística dos trabalhos executados pelo Departamento de Imigração e colonização durante o ano de 1961*. São Paulo, 1962. p. 44. Os dados foram coletados no site do Memorial do Imigrante (<http://www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/historico/index.htm>) em 22/06/2007. (*) Para o total geral ser igual a 2.402.432 era preciso que o total da coluna "Diversos" fosse igual a 339.049. Há uma discrepância nos números registrados no quadro de 2.000 imigrantes.

Isso não significa, entretanto, que se destinassem a São Paulo ou se estabelecessem no estado. Cánovas (2005) alerta que, aproveitando-se do subsídio concedido pelo governo paulista para a compra de passagem a trabalhadores destinados às fazendas de café, muitos espanhóis dirigiam-se a São Paulo com o objetivo de atingir os países da bacia do Prata, Argentina e Uruguai. Este era o caso principalmente dos andaluzes, para os quais, segundo Cánovas, o Brasil nunca representou o destino preferencial. Dirigiam-se também a outros estados brasileiros. A bibliografia sobre a temática sinaliza para a existência de colônias galegas no Rio de Janeiro, na Bahia (Salvador) e no Pará (Belém). Só para se ter uma idéia, Elena Pájaro Peres (2003, p. 34) afirma que dos 143.485 espanhóis que ingressaram em São Paulo entre 1910 e 1914, apenas 108.154 radicaram-se no estado.

Diferentemente dos andaluzes, os galegos não buscaram, majoritariamente, a emigração dirigida ou subsidiada, preferindo arcar com as despesas da viagem e da instalação (Silva, 2006, p. 61). Para tanto, não apenas faziam uso de seus próprios recursos, como contavam com uma extensa rede de solidariedade de compatriotas emigrados, em geral parentes ou vizinhos de suas paróquias. O expediente, aliado à emigração clandestina, possibilitava que escapulisses às estatísticas oficiais.

Tentando apreender o inapreensível estatisticamente, busco uma segunda aproximação: os dados oficiais de emigração da Espanha. Vicente Peña Saavedra (1999, p. 214) registra a saída de 3.297.312 de civis com destino à América entre 1882 e 1930. Se estabelecemos uma correlação com as estatísticas oficiais brasileiras, é possível estimar que apenas 18% desse contingente se dirigia ao Brasil.

Já no que concerne à população galega, Narciso de Gabriel (1985, p. 328-329) afirma que entre 1860 e 1910 abandonaram a Galícia aproximadamente 500 mil pessoas, um terço dos habitantes no período. Esse número salta para 700 mil entre 1910-1970. Utilizando uma outra série cronológica, Antón Costa Rico (2007, p.1) distingue que “no espaço de um século, entre 1836 e 1930, não menos de 1 milhão e meio de galegos tomou o caminho da emigração”. Peña Saavedra (1999, p. 214) para igual período calcula uma emigração espanhola oficial de 4.599.356. Seria adequado inferir que o número de egressos da Galícia chegasse a um terço da emigração total da Espanha?

Essa é mais ou menos a estimativa de Antonio Eiras Roel (1992 Apud GABRIEL, 2006, p. 108), para quem entre 1836 e 1960, a emigração galega atingiu mais de 2 milhões de pessoas, aproximadamente 39% do conjunto espanhol, exibindo maior concentração entre 1881 e 1930.

Período	Saídas
1836-1860	93.040
1861-1870	52.315
1871-1880	70.560
1881-1890	156.996
1891-1900	180.018
1901-1910	400.064
1911-1920	460.931
1921-1930	290.500

1931-1936	46.043
1940-1950	72.568
1951-1960	218.568
TOTAL	2.041.603

Fonte: Eiras Roel, 1992, p. 189, Apud Gabriel, 2006, p. 108.

Esses dados nos permitem perceber a magnitude do fenômeno migratório galego. Em termos oficiais, a corrente imigratória espanhola para o Brasil foi a terceira em importância numérica, depois da italiana e portuguesa, chegando a representar um quinto das saídas da Espanha. Se o Brasil não era o destino desejado pelo conjunto dos espanhóis como afiança Cánovas, poderia ser, como parece acreditar Érica Sarmiento Silva, um dos países procurados pelos galegos que se dirigiam à América.

A essa perspectiva deve se somar o argumento de que parte da emigração galega ao Brasil saísse da cidade do Porto e não diretamente da Espanha. Examinando o problema da migração intrapeninsular e tomando como fonte os títulos de residência conferidos aos galegos em razão da convenção consular de 1870 entre Portugal e Espanha, Jorge Fernandes Alves (1994, p. 96-97) detecta que os ingressos anuais de galegos no distrito do Porto oscilavam em torno de dois mil, para os anos 1874 a 1893. Alerta, entretanto, que “apenas algumas centenas de galegos solicitam o título de residência permanente, o que significa protagonizarem estadias relativamente duradouras na cidade, que para alguns chegava mesmo a significar uma opção definitiva de residência”. A partir do início do século XX, no entanto, essa migração passa a ser residual, desvanecendo-se com a alternativa transoceânica. A despeito de reconhecer que a saída para a América da cidade do Porto pudesse representar uma maneira de economizar despesas de viagem, Alves (idem, p.97-98) descreve que o expediente ocultasse uma significativa emigração transoceânica galega. Suas afirmações baseiam-se nos registros de referendas e passaportes concedidos a estrangeiros em Portugal, deixando margem às interpretações que levam em conta a emigração clandestina.

4. A proximidade entre a migração galega e a migração do Norte de Portugal para as terras brasileiras entre finais do século XIX e inícios do XX

Para tentar compreender as semelhanças entre os dois processos migratórios utilizei de dois trabalhos. Para o caso galego, minha fonte principal é o doutorado de Érica Sarmiento Silva (2006). Para a emigração do Norte de Portugal, faço uso da tese de Jorge Fernandes Alves (1994). No entanto, é preciso alertar que os autores valem-se de documentação diferente e exploram séries temporais não equivalentes. No que tange ao primeiro aspecto, Sarmiento apóia suas afirmações no tratamento de 1.978 fichas cadastrais localizadas no Consulado Geral da Espanha, no Rio de Janeiro. Alves, por outro lado, lida com os registros de passaporte emitidos na cidade do Porto. Se a fonte utilizada por Sarmiento lhe permite apreender matizes da imigração ilegal, posto que partia do indivíduo o interesse em cadastrar-se depois de haver ingressado no território brasileiro; os dados coligidos referem-se apenas a uma parcela dos emigrantes galegos residentes no Rio de Janeiro. As fontes apreciadas por Alves são muito mais abrangentes, mas escondem

dem a emigração clandestina e mesclam viagens de turismo e passeio a processos migratórios. Por fim, enquanto Sarmiento opera com uma série temporal que se estende de 1880 a 1939, Alves recua a análise da emigração do Porto ao período Oitocentista. A comparação pretende-se, assim, apenas indiciária.

4.1. Idades

Érica Sarmiento Silva (2006, p. 109) traça, como perfil do emigrante galego entre 1880 e 1939, o de indivíduos novos, com idades entre 14 e 49 anos (84%). Ao fracionar esse conjunto, é possível perceber que os emigrantes entre 14 e 29 anos de idade (45%) superam numericamente os que se colocam entre os 30 e 49 anos de idade (39%).

Faixas de idade	Número de Galegos	Porcentagem
0-14	33	2,8
14-19	197	16,5
20-29	344	28,9
30-39	269	22,5
40-49	199	16,7
50-59	114	9,5
60-69	30	2,5
70-79	4	0,3
80-89	1	0,1
TOTAL	1.193	

Fonte: Silva, 2006, p. 109.

Jorge Fernandes Alves (1994, p. 190) assinala que até 1870, a idade de maior frequência estatística para a emigração portuguesa é de 13 a 14 anos. Nos momentos, em que a moda se afasta desses números varia em termos pouco superiores para 16, 17 e 18 anos de idade. Na década de 1870, salta para a idade de 20 anos. No final do século XIX, o quantitativo de emigrantes entre 10 e 14 anos de idade praticamente se equivale ao entre 35 e 39 anos. A opção de emigração portuguesa, assim, também parece ter sido realizada por indivíduos jovens, com alta capacidade produtiva.

4.2 Distribuição sócioprofissional

Os galegos residentes no Rio de Janeiro atuavam, prioritariamente, como sapateiros, cozinheiros, pedreiros, jornaleiros e comerciantes. De acordo com Sarmiento (2006, p. 122):

“As profissões que predominam entre os emigrantes são as de comerciante, empregados no comércio ou dependentes, que constam de todas as fontes históricas que refletem a presença de galegos no Rio. Começavam trabalhando desde muito novos em algum comércio familiar ou com a ajuda de algum conhecido ou parente até conseguirem estabelecer-se por conta própria”.

Os emigrantes portugueses, em geral, declaravam como profissão no momento da partida, majoritariamente a atividade rural, a construção civil, o setor de vestuário (têxtil e

calçados), o trabalho com madeira e móveis e o comércio. Esta última é a única atividade que congrega em toda série um contingente igual ou superior a 20% dos indivíduos. Assevera Alves (1994, p. 197) que:

“É certo que muitos destes jovens que partem pelos 14 anos se destinam às casas de comércio, mesmo quando de extração rural, enquadrados pelas recomendações: nestes casos, a profissão inicia-se pela base, pelo lugar de marçano, ao contrário dos caixeiros que partem já com esse estatuto e, portanto, em idade mais tardia, por volta dos 20 anos ou mais conforme as épocas e a legislação militar. No entanto seria inevitável a dispersão por outras profissões, já que nem sempre o sistema de recomendações funcionava no modo esperado”.

Essa proximidade de atuação profissional convergia para facilitar a assimilação dos galegos como portugueses (e vice-versa) pela sociedade brasileira, criando uma *identidade galega*, constituída na interseção dessas duas comunidades, como comentado anteriormente.

4.3. Sexo e estado civil

Sarmiento (p. 128) registra uma pequena porcentagem de mulheres galegas emigrantes (aproximadamente 12%) no conjunto das fichas analisadas. No que concerne ao estado civil, destaca uma contradição entre os dados coligidos no Consulado Espanhol e no Hospital Espanhol, outro corpus documental que utiliza na sua tese.

Consulado Geral de Espanha			Hospital Espanhol		
Estado civil	Número	Porcentagem	Estado civil	Número	Porcentagem
Casados	1.065	54	Casados	407	26
Solteiros	784	40	Solteiros	1.108	71
Viúvos	111	6	Viúvos	37	2
Divorciados	2	0.1			
TOTAL	1.962			1.552	

Fonte: Silva, 2006, p. 133-134.

Aventa como possível explicação que a divergência ocorresse em função dos emigrantes se apresentarem ao Consulado anos depois de terem entrado no Brasil, contraindo matrimônio nesse intervalo. Já os que se inscreviam no Hospital o faziam imediatamente à chegada como meio de gozar da Beneficência espanhola.

Alves (p. 181) também percebe uma emigração portuguesa feminina pouco expressiva no século XIX, ainda que oscile entre 3 a 10% na década de 1850 até atingir um pico de 30% em 1896. Considera-a, entretanto, como uma migração passiva, para acompanhamento familiar. Já a emigração masculina foi até, os anos 1870, fundamentalmente composta por solteiros. Em 1830, representavam 95% dos indivíduos; eram 1854, eram 80%. Ao final da década de 1870, entretanto, os números passam a se equilibrar em torno dos 50%, posto que a quota de viúvos não ultrapassa os 3%. Essa variação acompanha uma certa mudança no perfil etário do emigrante português ocorrida no final do século XIX, com a presença, além de adolescentes de 10 a 14 anos de idade, de homens de 35 e 39 anos.

4.4. Alfabetização

Como critério para distinguir alfabetizados e não alfabetizados, Érica Sarmiento Silva (p. 137-138) utilizou a capacidade de saber assinar o nome. Nas fichas analisadas, encontrou, no campo destinado à assinatura, tanto a informação “não sabe assinar” (11,6%), quanto caligrafias bastante defeituosas e de difícil leitura. Pelo critério estabelecido, apurou um índice de alfabetização da ordem de 88,3%. É importante salientar que entre 1860 e 1940, as taxas de alfabetização masculina na Galícia saltaram de 33 para 71% (GABRIEL, 2006, p. 57). A despeito desse aumento, pode-se afirmar que a alfabetização era maior entre os emigrantes que no conjunto da sociedade galega, apresentando-se como estratégia de emigração. Essa questão será aprofundada no próximo item.

As taxas encontradas por Jorge Fernandes Alves (p. 212-214) para a comunidade portuguesa não distam em muito do verificado para os galegos. O autor destaca que as autoridades, ao concederem os passaportes, restringiam-se a informar “não sabe escrever” ou “não sabe assinar”, omitindo-se nas situações opostas. Apenas com essa informação, foi possível caracterizar, no caso da emigração masculina, uma alfabetização em torno de 60 a 70% dos indivíduos, o inverso do contingente feminino com taxas de alfabetização variando entre 30 a 40%. No entanto, da mesma maneira que para o contexto galego, o índice de alfabetização dos emigrantes era superior ao da região do Norte de Portugal, em igual período. Equivalia-se aos níveis localizados na cidade do Porto, mas representava quase o dobro do apurado nas comunidades rurais.

Temos, assim, que tanto os galegos quanto os portugueses emigrantes para o Brasil, entre o final do século XIX e o início do XX, eram homens jovens, em geral solteiros e alfabetizados, ainda que não se possa avaliar o nível de alfabetismo. Encaminhavam-se principalmente para o trabalho no comércio. Compreender melhor as relações tramadas entre alfabetização e imigração no período é questão de interesse desta investigação e vou procurar explorá-la mais detidamente no próximo item.

5. A relação entre imigração e alfabetização na Galícia entre 1870 e 1930

Para analisar essa relação, proponho abordar dois movimentos complementares. O primeiro enfatiza a ação das Sociedades de Instrução no desenvolvimento de uma política de escolarização do social, com a ampliação do número de escolas, seu equipamento (materiais escolares e móveis) e contratação de professores qualificados na Galícia. A segunda detém-se na recepção, tentando perceber sua acolhida pela sociedade galega.

De acordo com Vicente Peña Saavedra (2002, p. 254-255), “em toda a geografia galega, as Sociedades de Instrucción promoveram, subsidiaram ou mantiveram aproximadamente 235 colégios, com 336 classes, que se instalaram em 186 edifícios de construção nova ou remodelados e equipados para acolher a tarefas docentes”. Foi a ação dessas Sociedades que permitiu a renovação pedagógica galega, com a introdução, por exemplo, da imprensa e do museu escolares como recursos educativos e com uma maior vinculação entre a escola e a comunidade (PEÑA, 1983, p. 369).

Várias razões podem ser arroladas para explicar a preocupação dos emigrantes galegos em criar Sociedades de Instrucción e em constituir escolas na Galícia. A primeira parece ter sido a constatação de que um maior nível de alfabetização teria auxiliado no desempenho das ocupações assumidas na nova terra ou na busca de melhores condições de trabalho. (Pouco?) Alfabetizados (ou analfabetos), os galegos percebiam que a eficácia do projeto de emigração repousava em uma maior inserção no mundo da cultura escrita. A importância da instrução emergia também como possibilidade de estabelecer e manter uma comunicação mais constante com a família e a comunidade deixada no além-mar. O valor social da escrita evidenciava-se, assim, no duplo desejo de enriquecer ou “fazer a América” e de trocar correspondência com os entes queridos.

Depositando uma confiança ilimitada no poder de regeneração e transformação da educação e reconhecendo a insuficiência da escola oficial galega (manifesta no mal estado dos prédios, na falta de materiais, na prática de castigos físicos, nas longas distâncias a percorrer e na escassa formação docente), os emigrantes apostaram na intervenção escolar como forma de alterar a realidade social da Galícia. A perspectiva visava tanto o incremento da formação do cidadão que permaneceria nas paróquias, quanto daquele que se tornaria emigrante. No primeiro caso, a preocupação era com a modernização econômica e política da Galícia, permitindo a melhoria das relações de trabalho e ampliação dos direitos democráticos e superando as condições mesmas que originaram as levas migratórias, como os sistemas de arrendamento das terras, a exploração do trabalho infantil e o jugo dos caciques políticos. No segundo caso, almejava-se alargar as possibilidades de sucesso do futuro emigrante na América.

Para se ter um quadro da escolarização na Galícia, no período que antecede a criação das escolas americanas, Antón Costa Rico (1983) oferece os seguintes dados. Entre 1884 e 1904, a rede escolar galega era majoritariamente composta de escolas elementares incompletas. Havia 1,09 escola por mil habitantes (enquanto a média na Espanha era de 1,30). Dos 2.664 professores em exercício na Galícia em 1880, apenas 40% tinham título de magistério. Em toda a Espanha, essa porcentagem chegava a 67,3%. Os docentes galegos, ainda, recebiam salários menores que a média nacional. Enquanto 53,68% ganhavam menos de 450 pissetas ao ano na Galícia, na Espanha, somente 29,66% o faziam. Narciso de Gabriel (1985, p. 329) acrescenta que o analfabetismo atingia 90,86% das mulheres e 62,66% dos homens em 1860.

As escolas *americanas* eram, em geral, gratuitas. Na matrícula, davam preferência aos filhos e filhas dos sócios e das famílias mais humildes. Por orientação, eram livres, respeitando todas as doutrinas, cultos e crenças (MALHEIRO, 2003, p.7). Instalavam-se em prédios construídos especialmente para a função escolar, com espaços de recreio, prática de esportes, exercício físico e experimentação agrícola. Eram equipadas com mobiliário e, em vários casos, coleções completas de material didático e instrumental científico, lâminas, mapas, minerais e fósseis, além de máquinas de escrever e costurar. A biblioteca escolar constituía-se em outro elemento habitual nas escolas *americanas*. Em geral, os livros eram enviados da América, com a participação pessoal dos próprios sócios, mediante a coleta de volumes ou subscrições pecuniárias (MALHEIRO, idem, p. 8). Aliás, da América provinham também os modelos arquitetônicos usados na edificação escolar.

O professorado era contratado pelas Sociedades por meio de concurso, exigindo-se título de magistério obtido na Escola Normal e demonstração prática de sua experiência. Parte considerável do corpo docente habitava casa construída na própria escola.

Buscando uma maior sintonia com as necessidades educativas do povo galego, introduziram disciplinas novas como “Escritura de caracter inglês”, “Geografia de España y América”, “Cálculos mercantiles y comerciales”, além de preparo para o trabalho no campo na Galícia. Uma renovação metodológica, expressa na inclusão de “teorias modernas”, atravessou as práticas das escolas americanas (PEÑA, 1983, p. 365).

Todas essas iniciativas pretendiam reverter o quadro de baixos níveis de frequência escolar existentes na Galícia, decorrentes das deficiências qualitativas e quantitativas da rede escolar; do trabalho infantil, requerido pela subsistência das famílias principalmente na primavera, outono e verão; e de uma certa “apatia” dos pais quanto à alfabetização dos filhos. Essa “apatia”, de acordo com Narciso de Gabriel (1985, p.325), manifestava-se pela indiferença, se não quase hostilidade à escola, em razão do reduzido valor social que tinha junto à população. O próprio Gabriel, entretanto, afirma a existência de indicadores de interesse pelo ensino primário, evidenciado nas taxas de matrícula, na criação de escolas comunitárias, na contratação de mestres particulares e nas reclamações escritas sobre o mal estado da instrução recebidas pelos órgãos públicos.

Na combinação entre a recusa do aparelho escolar existente e o anseio de uma escola mais próxima às práticas e expectativas da sociedade galega é que se pode perceber a instalação das escolas *americanas* e o sucesso que obtiveram. Gabriel (1985, p. 321) chega a defender que a emigração desempenhou um papel importante na incorporação galega ao mundo da leitura e da escrita na segunda metade do século XIX, repercutindo na alfabetização principalmente dos meninos. Como vimos no item anterior, as taxas de alfabetização da população galega cresceram significativamente entre o final do Oitocentos e o início do Novecentos, sendo particularmente intensas para o contingente emigrante.

A despeito da importância da iniciativa, não se pode dizer que ela não gerou críticas. De acordo com Malheiro (2003, p. 11), elas vieram tanto de setores conservadores, quanto de progressistas. Os primeiros, constituídos por párcos de aldeias e caciques locais, criticavam o laicismo das escolas e temiam que conduzissem ao abandono das tradições. O segundo setor criticava a escola por desgaleguizar a língua, fomentando o uso do castelhano, pela adoção de textos provenientes da América e pelo incentivo à emigração.

Considerações finais

A bibliografia localizada explora as intensas relações educativas estabelecidas entre a Galícia e os países latinoamericanos, particularmente os de fala castelhana, sendo escassa a investigação sobre a emigração a terras brasileiras. A concentração dos estudos advém da constatação de que nesses países a emigração galega assentou-se em um forte associacionismo, que tanto permitiu a criação de escolas na Galícia quanto na pró-

pria América. No que concerne ao Brasil, ainda são raras as análises sobre o associativismo galego, bem como poucas as pistas sobre sua conformação.

Apesar de Érica Sarmiento Silva ter localizado várias sociedades paroquiais galegas no Rio de Janeiro, teve dificuldade em rastrear sua atuação. Lança duas hipóteses para os poucos indícios encontrados. A primeira é que, como algumas dessas sociedades tinham sede em Buenos Aires, talvez fossem apenas um apêndice do associativismo galego na Argentina. A questão suscita investir no entendimento do trânsito entre galegos residentes no Brasil e na Argentina e dos intercâmbios estabelecidos entre essas comunidades no período. A segunda hipótese é a de que a comunidade galega no Rio de Janeiro (ou no Brasil) não estivesse suficientemente consolidada social e economicamente para formar escolas e associações que financiassem a educação de seus filhos.

Sabemos que vieram para o Brasil principalmente galegos procedentes de A Coruña e Pontevedra. Sabemos também que a emigração espanhola a terras brasileiras foi a terceira em importância no período analisado. Insistir na busca de informações e compreender outros modelos de intervenção que não os propiciados pelas Sociedades de Instrução, como as ações de caráter individual, pode oferecer novas sendas de investigação. As iniciativas educacionais realizadas individualmente por emigrantes enriquecidos, aliás, foram a principal característica da intervenção escolar no Norte de Portugal (VIDAL, 2006b). Que outras proximidades, ainda não exploradas neste artigo entre os emigrantes galegos e portugueses ao Brasil, poderiam ser encontradas? É preciso considerar também que a iniciativa individual foi indicada por Pena Saavedra (2002) como a de maior persistência histórica, quando examina a problemática das intervenções escolares na Galícia provenientes de emigrantes galegos. Será que a emigração galega para o Brasil fugiria aos padrões estabelecidos pela historiografia para os demais países latinoamericanos no período?

A despeito da precariedade dos dados levantados até o momento no Brasil, algumas pistas nos levam a perceber que as ações coletivas, de fato, existiram. O Centro Español, fundado na cidade de Santos em 1895, pelos imigrantes galegos José V. Bojart, José Pascual Gómez, Juan V. Bojart, Eduardo B. Parada, Evásio Perez Rodrigues e Segundo Lobarriñas, constituiu, em 1903, uma escola de nível primário. Entre julho e agosto desse ano, a entidade procedeu à coleta de recursos para compra de móveis e utensílios escolares, elaborou um Regulamento Escolar, bem como publicou anúncio no jornal *La Voz de Espana*, noticiando a abertura de matrículas (MOLINAS, 1904, p. 101). As primeiras informações coligidas indicam que a escola manteve-se em atividade até 1917, congregando a matrícula média de 30 alunos por ano em aulas de português, latim, castelhano, aritmética e desenho (Dieguez, 1990). Há ainda muito que insistir nessa investigação. As descobertas iniciais, entretanto, mostram-se promissoras para a compreensão das relações entre emigração galega e educação em terras brasileiras.

Investir no entendimento dos modos como as comunidades galegas estabelecidas no Brasil participaram do sistema oficial de ensino, negociaram referências sócio-culturais e reinventaram sua identidade, parece também ser instigante. Nesse sentido, é preciso superar as dificuldades de pesquisa impostas pelo que denominei de dupla invisibilidade do emigrante galego na sociedade brasileira, rastreando trajetórias individuais e coletivas.

É interessante também atentar para os possíveis desdobramentos sociais e culturais do ingresso de emigrantes galegos ou seus filhos na escola nacional, tanto no que concerne às práticas escolares quanto no que tange as relações estabelecidas entre escola e comunidade.

As questões arroladas neste artigo incitam a continuidade da pesquisa. Estimulam atentar para as relações de contigüidade estabelecidas social, política e historicamente entre o Brasil e a Galícia, recusando o isolamento das sociedades e das culturas. E ensinam a acompanhar a circulação de sujeitos, objetos e idéias entre os dois mundos, na certeza de que pouco conhecemos sobre a tessitura dessas histórias da educação.

Bibliografia

- CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1880-1930*. FFLCH, Mestrado, 2001.
- _____. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930: protagonistas ou coadjuvantes. *Revista História Hoje*. Revista eletrônica de história, vol. 2, nr. 6, mar. 2005.
- COSTA RICO, Antón. Instituciones para la formación de los maestros gallegos en finales del siglo XIX. *Historia de la educación*, nº. 2, enero-dec. 1983, p. 189-198.
- _____. As sociedades dos “Americanos” e a educación em Galicia. *Revista da Comisión Galega do Quinto Centenário*, 1990, nr. 5, p. 89-140.
- _____. *Com billete de volta*. Os americanos da Marina, a creación de escolas e a búsqueda do progreso. Mimeo, 2007.
- DEMARTINI, Z. *Imigração e Educação: Os Portugueses em São Paulo no início do século XX*. Texto apresentado no III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Coimbra (Portugal), fevereiro de 2000.
- DIEGUEZ, Isolina R. L. *História do Centro Espanhol e Repatriação de Santos (1895-1990)*. Monografia de Graduação. Santos, 1990.
- FELGUEIRAS, Margarida. Os *Brasileiros* e a instrução popular. In: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagem no noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 271-279.
- GABRIEL, Narciso de. Emigración y alfabetización en Galicia. *Historia de la educación*, nr. 4, enero-dec. 1985, p. 321-336.
- _____. *Ler e escribir en Galicia*. A Coruña: Universidade da Coruña, 2006.
- MALHEIRO GUTIÉRREZ, Xosé. *Mobilización societária, correntes de pensamento e escolas de emigrantes em Galicia durante o primeiro tercio do século XX: o prota-*

- gonismo de Ignacio Ares de Parga e Antón Alonso Rios. Doutoramento: Faculdade de Ciências da Educación (USC), 2003.
- MOLINOS, José Maria. *Centro Español. Su constitución y desenvolvimiento según datos oficiales. Compilación de "Memórias" aprobadas en Asambleas Genrales (1895-1903)*. São Paulo: Typografía de La Voz de España, 1904.
- PEÑA SAAVEDRA, Vicente. Presupuestos socioeducativos para la implantación de las escuelas de americanos y las Sociedades de Instrucción en Galicia. *Historia de la educación*, nº 2, enero-dic. 1983, p. 359-369.
- _____. Los emigrantes transoceánicos como agentes de modernización educativa en el norte peninsular. In: RUIZ BERRIO, J.; BERNAT MONTESINOS, A.; DOMINGUEZ, Ma. R. et al. *La educación en España a examen (1898-1998)*. Zaragoza: Ministério de educación y cultura, 1999.
- _____. As escolas que viñeron de alén mar (Galícia, ss. XVII-XXI). Algunhas réplicas dende terras lusas. *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, III série, vol.3, 2002, p. 245-262.
- PERES, Elena Pájaro. *A Inexistência da Terra Firme: A Imigração Galega em São Paulo, 1946-1964*. São Paulo: Edusp, 2003.
- São Paulo (Estado). Secretaria da Agricultura. Departamento de Imigração e Colonização. *Estatística dos trabalhos executados pelo Departamento de Imigração e colonização durante o ano de 1961*. São Paulo, 1962.
- SILVA, Érica Sarmiento. *O outro rio. A emigración galega a Rio de Xaneiro*. Santa Comba (A Coruña): tresCtres, 2006.
- VIDAL, Diana G. Escola pública e método intuitivo: aspectos de uma história conectada. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs). *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.
- _____. Fronteiras e mestiçagens culturais. A circulação de objectos, pessoas e modelos pedagógicos como problemática em história da educação (Brasil, EUA, França e Portugal no final do século XIX). *Estudos do Século XX*, nr. 6 (2006a), p. 43-55
- _____. O *Museu Escolar Brasileiro*: Brasil, Portugal e França no âmbito de uma história conectada (final do século XIX). In: FERNANDES, LOPES e FARIA FILHO. *Para a compreensão histórica da infância*. Porto (Portugal): Campo das Letras, 2006b